

ENCERRAMENTO

Teresa Ambrósio

Caríssimos especialistas, militantes da escola inclusiva e da educação para todos. Não ousou abusar mais nenhum minuto da vossa paciência e, portanto, deixo de lado as notas que porque julgo que muitas coisas estão ditas. Gostaria apenas de explicar para que é que isto serviu, na perspectiva do Conselho, porque acho que é uma palavra que vos devo, senão podem ficar frustrações que não são justas. É evidente que, perante o muito que foi aqui dito, poderíamos até pensar não ser pertinente pegarmos neste assunto, dado que, embora com muitas dificuldades, há pelo menos uma visão mais correcta de como é que deverá expandir-se a política da escola inclusiva, e que, portanto, não seria o tema talvez mais oportuno. Simplesmente, na perspectiva do Conselho, ele é oportuno. Porque a perspectiva do Conselho é a perspectiva dos parceiros sociais, isto é, dos grupos sociais com interesses e responsabilidades dentro da educação e na execução da política educativa. Recordo que no Conselho têm assento associações profissionais, associação dos industriais, do comércio, fundações culturais, representantes do poder local, representantes das mulheres, associações de pais, sindicatos, escolas, estudantes, etc. Este é o lugar da audição dos parceiros educativos, com os quais hoje se constróem as políticas educativas, e que muito em breve vão apreciar e votar a recomendação que irá ser preparada. É, portanto, nessa perspectiva que pretendemos trabalhar a partir da informação e das recomendações que nos foram dadas pelas instituições que têm verdadeiramente a responsabilidade da educação inclusiva.

O que aqui se discutiu foi *uma educação para todos*, aquela que ultrapassa os limites da escola, mas a escola é extremamente importante. Mas a responsabilidade da educação para todos é uma responsabilidade social que não pode repousar apenas sobre as direcções gerais, as escolas e os professores, mas é uma responsabilidade comum de todos os que se consideram parceiros sócio-educativos. Cabe-nos a nós todos o dever de defender o direito à educação para todos — e a uma educação que não é agora apenas o acesso à escola mas é uma educação para todos aos longo da vida. E é neste sentido que creio que, após este Seminário, vamos reflectir sobre

a múltipla informação, recomendações especializadas, perspectivas, que aqui foram apontadas. É responsabilidade do Conselho que não responde exclusivamente perante o Ministério da Educação, mas também perante o Governo e perante a Assembleia da República, de integrar toda esta informação, de sublinhar algumas estratégias que necessariamente já estão e que deverão ser sustentadas no sentido de que não seja exclusivamente a escola o instrumento de inclusão de todos os portugueses que têm necessidades especiais, mas que seja a sociedade toda, a sociedade inclusiva. Creio que gostaria, como conclusão, retirar daqui que devemos caminhar da escola inclusiva para a sociedade inclusiva. Isto pressupõe uma concertação de políticas, como aqui vimos. De políticas de muitos ministérios mas também de políticas de parceiros sociais a nível local e regional. As regiões, as localidades, as comunidades terão de ser comunidades solidárias porque é na solidariedade que se consegue executar o direito à educação e a sociedade se torna sociedade inclusiva. Será esta, tenho a certeza, a perspectiva da recomendação do Conselho. Provavelmente não vão lá encontrar recomendações muito específicas para o Ministério da Educação que tem outros canais para ouvir as vossas expressões. Mas é uma recomendação para ser lida por mais pessoas e que verdadeiramente coloque a política educativa neste campo muito concreto, numa visão mais larga de educação. Os parceiros educativos têm que ser valorizados como tais e como responsáveis nesta matéria. Agradeço-vos muitíssimo por nos terem ajudado e agradeço especialmente ao Prof. Bairrão, Ana Maria Bénard da Costa, Sérgio Niza e a todos os que nos acompanharam ao longo deste dia. O diálogo constante entre especialistas, gente do terreno e os parceiros sociais é hoje importante na condução das políticas sociais que jamais poderão ser no futuro apenas realizadas pelo Governo e pelo Estado. Nesse sentido, agradeço-vos muito, porque os maiores beneficiários fomos nós, o Conselho. Muito obrigada e até breve.